

AS CIDADES PORTUGUESAS NA IDADE MODERNA. POPULAÇÃO

Carlota Santos

Departamento de História da Universidade do Minho
CITCEM – Grupo de História das Populações

1. Evolução da população portuguesa nos séculos XVI a XVIII

Em Portugal, o início da Idade Moderna coincidiu com o término de quase duas centúrias de acentuada depressão demográfica resultante dos efeitos combinados da peste, que grassou de forma mais ou menos intensa pela maior parte dos países europeus durante os séculos XIV e XV, das crises frumentárias que assolaram ciclicamente as populações gerando fomes prolongadas e aumentos fortes e bruscos da mortalidade, mas ainda de guerras externas ou fronteiriças que, dizimando a população activa masculina, se expressaram num decréscimo significativo dos níveis de nupcialidade e natalidade nos anos subsequentes.

Embora o carácter episódico e a natureza das fontes demográficas disponíveis inviabilizem uma análise rigorosa sobre a evolução da população portuguesa ao longo da Idade Moderna, vários estudos têm vindo a ser sucessivamente desenvolvidos no sentido de uma avaliação compreensiva das variáveis responsáveis pelas dinâmicas populacionais que caracterizaram a sociedade nacional entre 1500 e o início do século XIX¹. Outros aspectos, como a distribuição regional da população ou a evolução da rede urbana ao longo desse período, têm simultaneamente merecido a atenção da comunidade científica, onde se destacam importantes contributos tanto de historiadores como de geógrafos².

Numa abordagem clássica, incidindo sobre os quantitativos disponibilizados por numeramentos e listas de fogos³ produzidos a partir do primeiro quartel do século XVI, diversos autores procederam a estimativas sobre a população do Reino, recorrendo a um multiplicador permitindo a passagem do número de agregados domésticos declarados nessas fontes a um número aproximado de habitantes. Se os primeiros investigadores optaram geralmente pela utilização de um coeficiente 5, com o conhecimento mais aprofundado dos comportamentos demográficos do Antigo Regime, obtido na sequência dos desenvolvimentos da Demografia Histórica, as recentes opções recaem preferentemente sobre um coeficiente inferior que, variando entre 3,85 e 4,6 indivíduos por fogo⁴, possa reflectir de forma mais precisa os efeitos da forte mortalidade registada nessa época, em particular a que penalizava a infância, e cumulativamente a incidência da

¹ Veja-se, por exemplo, SOUSA, 1979; SERRÃO, 1993: 49-69; FERRO, 1995; DIAS, 1998: 26-46; RODRIGUES, 2002: 212-257; RODRIGUES, 2009: 159-246; RODRIGUES & MOREIRA, 2009: 130-157; SOUSA & ALVES, 1997.

² Para o estudo da distribuição e representação cartográfica da população portuguesa no início do segundo quartel do século XVI, refiram-se os trabalhos pioneiros de Orlando Ribeiro (1971) e de Júlia Galego e Suzanne Daveau (1986).

³ As expressões “fogos”, “vizinhos” ou “moradores” são utilizadas quase indiferentemente nos documentos da época, designando agregados domésticos a incluir todos os elementos que viviam na mesma casa e do mesmo património, independentemente da existência ou não de “laços de sangue”.

⁴ RODRIGUES, 2009:177.

mobilidade masculina, ambos os fenómenos actuando no sentido da redução da dimensão das famílias apesar dos elevados níveis de natalidade então verificados.

O primeiro numeramento da população portuguesa realizou-se entre 1527 e 1532, num contexto de progressiva centralização do poder político que, manifestada no decurso da expansão ultramarina, aconselhava a quantificação dos efectivos populacionais para implementação de uma necessária reforma administrativa e, simultaneamente, para efeitos tributários e de mobilização militar. Em 17 de Julho de 1527, D. João III escrevia de Coimbra aos corregedores das seis comarcas do país, ordenando que o informassem sobre o número e nome de cidades, vilas e lugares existentes na respectiva correição, e dos moradores que aí habitavam⁵.

Os dados facultados pelo numeramento joanino permitem situar por aproximação o volume da população portuguesa da época num valor que, dependendo dos diferentes coeficientes aplicados sobre a dimensão média dos fogos, poderia ter variado entre 1088426 e 1300457 pessoas⁶.

Até ao início do século XVIII, data da primeira edição da *Chorographia* do padre Carvalho da Costa⁷, não se conhecem outros levantamentos gerais da população mas, recorrendo a uma informação mais fiável fornecida pelo censo de 1801⁸ e ainda a algumas fontes de carácter local ou regional intermédias, vários investigadores têm avançado com estimativas sobre as linhas de tendência de crescimento populacional ao longo de um período trissecular, ancoradas sobre o número de efectivos calculado para 1706 (cerca de 2300000)⁹ e para 1801 (2912673)¹⁰.

Entre 1527-1532 e 1580 a população cresceu a um ritmo significativo, seguindo-se uma fase de desaceleração até 1640 para a qual contribuíram as sucessivas crises de mortalidade ocorridas nas três últimas décadas de Quinhentos e, em interacção, a emigração para o Brasil ou os fluxos migratórios internos direccionados para os principais centros urbanos nacionais, particularmente para Lisboa.

⁵ Os resultados obtidos através deste inquérito, que se prolongou durante seis anos, foram publicados por Anselmo Braancamp Freire entre 1905 e 1909 no *Arquivo Histórico Português*, contendo os dados que se referem ao Minho, Estremadura, Trás-os-Montes e Alentejo. Os resultados relativos à Beira e ainda ao Alentejo foram publicados por João Tello Magalhães Colaço em 1934, na *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, III.

⁶ Veja-se a síntese das várias estimativas propostas em RODRIGUES, 2009:177.

⁷ CARVALHO da COSTA, 1868-1869.

⁸ Para uma análise aprofundada deste censo veja-se SOUSA, 1979.

⁹ SERRÃO, 1993.

¹⁰ SOUSA, 1979: 148-149.

As quatro últimas décadas do século XVII corresponderam a um período de crescimento modesto¹¹, em resultado de uma conjuntura política instável associada a factores climáticos desfavoráveis e à propagação de doenças contagiosas com impacto nos níveis de mortalidade.

No primeiro terço do século XVIII assistiu-se a uma nova inversão de tendência, aparentemente induzida por uma incidência emigratória acentuada na sequência da descoberta do ouro no Brasil, estimando-se uma saída de 8 a 10 mil indivíduos por ano¹². A partir dos anos 30, a população portuguesa cresceu de forma sedimentada e, apesar de uma desaceleração notória verificada a partir de 1758¹³, em 1801 o volume de habitantes tinha triplicado desde o início do século rondando então os 3000000.

Neste cenário evolutivo, nem todas as seis comarcas em que o país se encontrava administrativamente dividido beneficiaram de idêntico acréscimo de gentes nos respectivos espaços. Com efeito, os índices de concentração calculados para os séculos XVI, XVII e XVIII¹⁴ revelam a permanência de fortes assimetrias regionais, com Trás-os-Montes, Algarve e sobretudo o Alentejo a manterem durante três séculos uma relação negativa entre território e população, em contraste com a região de Entre Douro e Minho que foi sempre a de mais elevada concentração populacional. Em posição intermédia, o índice inicial encontrado para a Estremadura aumentou progressivamente, enquanto os que se referem à província das Beiras se manifestaram relativamente estáveis ao longo do tempo.

2. Rede urbana e assimetrias regionais

A análise do fenómeno urbano durante o período moderno, essencial para o enquadramento e compreensão das dinâmicas demográficas observadas na época, confronta-se com variadas limitações, sobretudo as que decorrem da qualidade das fontes disponíveis, mas ainda da dificuldade em estabelecer critérios que permitam circunscrever de forma inequívoca as populações urbanas, distinguindo-as das populações rurais¹⁵.

¹¹ GODINHO, 1980: 19-25.

¹² GODINHO, 1978: 9.

¹³ MOREIRA, 2009: 256.

¹⁴ Vejam-se os quadros elaborados por RODRIGUES, 2009: 178 e MOREIRA, 2009: 260.

¹⁵ Para o aprofundamento desta questão veja-se SILVA, 1997:781-786.

Por motivos operatórios, os autores que se têm debruçado sobre a questão acabam por optar por um critério quantitativo, sem descuidar contudo outros aspectos relevantes como o da centralidade administrativa. Acresce que, além de divergirem os coeficientes propostos para a conversão do número de fogos em habitantes, exigidos pela natureza das fontes manuseadas, têm sido também divergentes os critérios sobre o limiar mínimo a adoptar para a classificação de uma população como urbana, sendo considerados valores de 900, 500 e 250 fogos que correspondem, respectivamente, a 3900/4000, 2000/2500 ou acima de 1000 efectivos conforme o multiplicador aplicado¹⁶.

Sendo os resultados obtidos através de cada um dos valores utilizados necessariamente diferentes, as análises apresentadas pelos investigadores que têm aprofundado o tema acabam por coincidir no desenho das principais linhas de tendência que caracterizaram o processo de urbanização durante a Idade Moderna.

Partindo da informação proporcionada pelo numeramento de João III, fonte incontornável para a abordagem do fenómeno urbano no Portugal de Quinhentos, estimou-se em 22,6% a população residente em 17 centros urbanos¹⁷, o que representa um valor notável para a época. No entanto, esta proporção oculta assimetrias muito acentuadas, com a cidade de Lisboa a concentrar cerca de 13000 fogos, o que correspondia sensivelmente a um quarto do total da população. Porto e Évora ocupavam as posições seguintes em grande distanciamento, a primeira com 3000 fogos e a segunda com 2813. Santarém, Beja e Elvas contavam entre 1600 e 2000 fogos enquanto Tavira, Guimarães, Coimbra, Lagos, Portalegre, Setúbal e Olivença oscilavam entre os 1000 e os 1600. Todos os restantes aglomerados de características urbanas se situavam abaixo deste limiar¹⁸.

Considerando a localização destes espaços por províncias, a incluir os que possuíam mais de 500 fogos, o Sul apresentava então a maior concentração de núcleos urbanos (25) contrastando com apenas 3 situados na região Centro e 5 na região Norte onde, além do Porto, sobressaía apenas uma vila de maior dimensão, Guimarães¹⁹.

Apesar do vazio de informação estatística que caracteriza o século XVII, o recurso a fontes historiográficas tem permitido concluir pelo desenvolvimento das cidades portuguesas nessa época, sustentado pela prosperidade económica que o país então atravessava. Esse crescimento urbano reflecte-se no alargamento dos seus antigos limites físicos e humanos

¹⁶ Cf. RIBEIRO, 1971:62; GODINHO, 1975:18; SERRÃO, 1996: 71.

¹⁷ RODRIGUES, 2002: 225.

¹⁸ RODRIGUES, 2009: 188.

¹⁹ RIBEIRO, 1971: 62.

para fora das muralhas e na abertura de novas áreas residenciais, a um ritmo que lembra os séculos XIII e princípios do século XIV²⁰.

Com a perda da independência nacional, o ritmo de crescimento de Lisboa estabiliza e decresce moderadamente até à Restauração. Ainda assim, em 1639 contava com 180000 habitantes equivalendo a 9,5% da população portuguesa²¹, situando-se ao nível de outras grandes cidades europeias como Veneza ou Amsterdão.

Numa perspectiva global, os séculos XVI e XVII foram de crescimento urbano generalizado, mesmo nas regiões mais periféricas como Trás-os-Montes e Beiras. No final de Seiscentos, a população residente em espaços urbanos representava 18,1%²²

Ao longo do século XVIII a estrutura urbana não apresentou alterações significativas, mantendo-se alto o padrão de urbanização comparativamente ao das sociedades europeias coetâneas. As assimetrias regionais permaneceram e, apesar de um aumento dos centros urbanos na ordem dos 25% entre 1706 e 1801, a proporção de indivíduos que aí residiam era praticamente idêntica, em resultado de uma menor taxa de crescimento da população urbana relativamente à do conjunto do país, mas também devido à distorção introduzida pelo grande crescimento das cidades de Lisboa e Porto que registaram aumentos de 56% e 148%, respectivamente²³.

Embora o posicionamento geográfico e os condicionalismos históricos tivessem, neste período, estimulado o desenvolvimento de algumas cidades do Sul, como Évora, e vilas como Estremoz, Borba, Vila Viçosa e Montemor²⁴, pode concluir-se que a o peso da população urbana nas respectivas províncias caiu acentuadamente no Sul (Alentejo e Algarve) e ainda nas Beiras e Minho, tendo apenas aumentado em Trás-os-Montes e, de forma comedida, na região da Estremadura²⁵.

²⁰ MARQUES, 1983: 288-289.

²¹ RODRIGUES, 2009: 191.

²² SERRÃO, 1993, 61-62.

²³ SERRÃO, 1996:75.

²⁴ MOREIRA, 2009: 263.

²⁵ SERRÃO, 1996:75.

3. Comportamentos demográficos em espaços urbanos

Ao longo das duas últimas décadas uma larga equipa de investigadores, actualmente integrados no Grupo de História das Populações do *Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»* (CITCEM), pólo da Universidade do Minho, tem vindo a desenvolver bases de dados demográficas e genealógicas em longa duração por aplicação da metodologia de reconstituição de paróquias²⁶.

Actualmente, dispomos de cerca de oito dezenas de bases já concluídas e várias outras ainda em construção para comunidades das várias regiões do país, abertas ao cruzamento da informação proporcionada por diversas fontes de carácter fiscal, social e económico, a permitir a análise diferencial de comportamentos demográficos. A produção científica tem sido intensa, expressando-se em obras publicadas maioritariamente sobre comunidades rurais, constituindo excepção o trabalho pioneiro sobre Guimarães da autoria de Maria Norberta Amorim²⁷, envolvendo quatro freguesias urbanas e seis rurais, com cruzamento interparoquial. Mais recentemente, na sequência dos avanços informáticos viabilizando o tratamento de informação massiva sobre populações urbanas ou espaços geográficos de grande dimensão, foram discutidas as dissertações de doutoramento de Maria Hermínia Mesquita²⁸ sobre cinco paróquias da cidade de Angra do Heroísmo no século XVII, de Carlota Santos²⁹ sobre as seis paróquias do concelho da Madalena na ilha do Pico entre os séculos XVII e XX e de Francisco Trindade Ferreira³⁰, sobre as seis paróquias do antigo concelho de Eixo, na região de Aveiro, entre 1591 e 1910.

No âmbito de um projecto actualmente em curso, “Espaços urbanos: dinâmicas demográficas e sociais (séculos XVII-XX)³¹”, os membros da equipa prosseguiram com a construção ou alargamento temporal e geográfico de bases de dados para as cidades de Fafe, Aveiro, Porto, Chaves, Vila Nova de Famalicão, Torres Vedras, Évora, Lisboa, Funchal, Angra, Horta e Vila Franca do Campo. Entendendo o conceito de espaço urbano não numa perspectiva estritamente numérica mas segundo um critério híbrido que considera o volume de residentes, a expressão política, administrativa ou judicial e a capacidade para atrair populações rurais³², foram incluídas neste projecto comunidades que só viriam a adquirir o estatuto de cidade no século XIX ou mesmo no século XX.

²⁶ AMORIM, 1991: 7-25.

²⁷ AMORIM, 1987.

²⁸ MESQUITA, 2004.

²⁹ SANTOS. 2004.

³⁰ FERREIRA, 2005.

³¹ Financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, com referência PTDC/HIS-HIS/099228/2008.

³² BARDET & DUPÂQUIER, 1997.

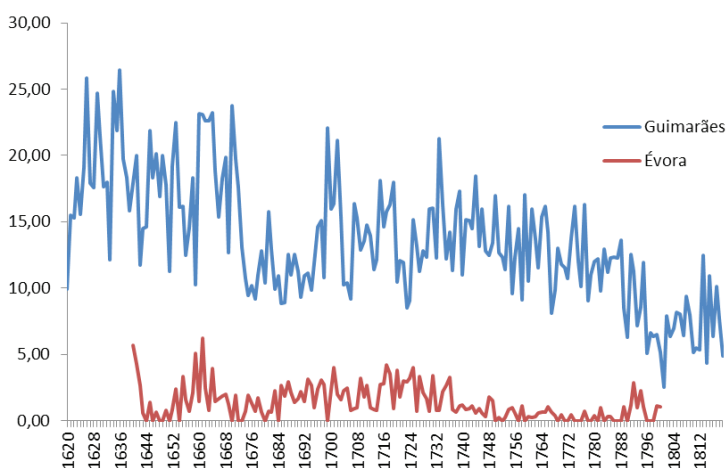
Os resultados obtidos através de procedimentos microanalíticos para cidades do Norte e Sul do país, e ainda para os centros urbanizados do território insular, têm vindo a confirmar uma profunda diferenciação nos comportamentos demográficos das respectivas populações, já testada e verificada em anteriores análises comparativas realizadas sobre os espaços rurais das mesmas regiões.

A título inédito, apresentamos agora alguns indicadores demográficos ainda não suficientemente explorados mas que permitem, numa perspectiva comparativa entre as cidades de Guimarães, Évora, e Torres Vedras, evidenciar importantes contrastes verificados ao longo do período moderno, com implicações na dinâmica populacional.

3.1. *Ilegitimidade em Guimarães e Évora*

A avaliação dos níveis de ilegitimidade em Guimarães assenta na informação da base de dados construída por Maria Norberta Amorim, relativa quatro paróquias urbanas, duas suburbanas e quatro rurais, entre 1580 e 1819. Para Évora, foram utilizadas as bases recentemente construídas por Carlota Santos para duas paróquias urbanas, Sé e Santo Antão, e para a paróquia rural de Nossa Senhora da Graça do Divor, num período global compreendido entre 1640 e 1800.

Figura 1
Evolução das percentagens de nascimentos ilegítimos
(Área urbana de Guimarães e Évora)



Comparando a evolução anual das percentagens de nascimentos fora do casamento nas áreas urbanas de Guimarães e Évora (Figura 1), constatam-se nítidas diferenças de comportamento. No primeiro caso os níveis foram sempre muito elevados, enquanto no segundo caso o fenómeno foi residual, particularmente após 1740.

Tabela 1
Ilegitimidade em Guimarães por períodos
Comparação entre área urbana, suburbana e rural

Períodos	Nascimentos legítimos e ilegítimos (excluídos expostos)			Nascimentos Ilegítimos			% de nascimentos Ilegítimos		
	Zona Urbana	Zona Suburbana	Zona Rural	Zona Urbana	Zona Suburbana	Zona Rural	Zona Urbana	Zona Suburbana	Zona Rural
1620-1669	6135	1402	1176	1109	289	157	18,1	20,6	13,4
1670-1699	4611	1390	1047	550	173	88	11,9	12,4	8,4
1700-1749	9113	2849	2603	1283	399	423	14,1	14	16,3
1750-1789	7066	2453	2267	911	248	194	12,9	10,1	8,6
1790-1819	5833	2144	1834	428	151	110	7,3	7	6

Por outro lado, a observação dos resultados relativos à evolução das percentagens de ilegitimidade nas zonas urbanas e não urbanas de Guimarães e Évora (Tabelas 1 e 2) permite retirar algumas conclusões.

Em Guimarães, embora se tenha verificado na longa duração um mesmo ritmo de mudança, registou-se alguma diferenciação de comportamento nas diferentes áreas. Os valores mais elevados ocorreram na zona urbana e suburbana no primeiro período, com percentagens superiores a 18%, ultrapassando mesmo os 20% na zona suburbana. Estas últimas paróquias funcionariam como corredores de passagem, a acusar a dupla influência de aproximação à cidade de pessoas pobres vindas de fora, e de afastamento dos não possidentes do núcleo urbano, quando o mesmo melhorava as suas estruturas. Na zona rural, a percentagem de nascimentos fora de casamento, antes de 1670, situou-se abaixo dos 14%, indiciando uma maior estabilidade familiar.

Tabela 2
Ilegitimidade em Évora por períodos
Comparação entre área urbana e rural

Períodos	Nascimentos legítimos e ilegítimos (excluídos expostos)		Nascimentos Ilegítimos		% de nascimentos Ilegítimos	
	Zona Urbana	Zona Rural	Zona Urbana	Zona Rural	Zona Urbana	Zona Rural
1640-1739	13268	2584	236	375	1,8	14,5
1740-1800	16480	679	173	48	1,0	7,1

Em Évora, ocorre uma aparente discrepância entre a percentagem de ilegitimidade em meio urbano e rural, sobretudo entre 1640 e 1739. Para este resultado contribuiu uma decisiva interferência dos filhos de mulheres escravas que trabalhavam nas grandes herdades da região, necessariamente de condição ilegítima. No entanto, se retirarmos da observação este grupo específico, encontraremos valores reajustados de 5.9% no primeiro período e de 0.9% no segundo, mais próximos dos que se registaram na zona urbana.

3.2. Nupcialidade e fecundidade em Guimarães e Torres Vedras

A antiga vila de Torres Vedras³³ incluía quatro paróquias, Santa Maria do Castelo, freguesia Matriz, S. Miguel, S. Pedro e S. Tiago. Neste momento encontra-se concluída a reconstituição de Santa Maria cuja base de dados também já integra a maior freguesia rural do concelho, A dos Cunhados³⁴.

³³ Torres Vedras obteve o estatuto de cidade em 1979.

³⁴ Os resultados exploratórios aqui apresentados são da autoria de Maria Norberta Amorim em colaboração com Carlos Guardado Silva e Paula Silva, estes dois últimos investigadores afectos ao Arquivo Municipal de Torres Vedras, onde se desenvolve o trabalho de reconstituição das paróquias do concelho com apoio científico da equipa do Grupo de História das Populações do CITCEM.

Tabela 3

**Idade média ao primeiro casamento
Comparação entre freguesias urbanas
(Guimarães e Torres Vedras)**

	Homens				Mulheres			
	Torres Vedras (Santa Maria)		Guimarães (Oliveira)		Torres Vedras (Santa Maria)		Guimarães (Oliveira)	
	N.	Idade média	N	Idade média	N	Idade média	N	Idade média
1650-1699	66	25,7	86	24,2	153	25,1	121	24,8
1700-1749	202	28,1	117	28,0	396	25,6	169	26,9
1750-1799	214	28,4	162	25,8	340	25,7	221	23,7

O estudo de um importante indicador da nupcialidade durante o Antigo Regime demográfico, a idade média ao primeiro casamento, revela que na freguesia urbana de Torres Vedras o padrão de comportamento não se alterou de forma significativa entre 1650 e o final do século XVIII. A idade média ao casamento no sexo masculino oscilou entre os 25,7 anos na segunda metade do século XVII e os 28,4 anos no período final. Para as mulheres a idade manteve-se mais baixa e estável, com uma variação mínima entre os 25,1 e os 25,7 anos.

Na freguesia urbana de Guimarães, embora os resultados possam ser algo afectados pela lacuna de registo de casamentos que se estende de 1729 a 1766, o casamento de homens e mulheres teria sido mais precoce, sobretudo na segunda parte do século XVIII.

A análise das taxas de fecundidade legítima por grupos de idades da mulher, incidiu sobre a evolução do comportamento em dois períodos seculares (1650-1749 e 1750-1849). Para Santa Maria (Tabela 4) verificamos uma prática coincidência de valores para as idades da mulher superiores a 20 anos. A dissemelhança acontece apenas para as mulheres com idade inferior, apontando para uma possível antecipação da menarca no segundo período.

Tabela 4

**Taxas de Fecundidade Legítima por grupos de idades da mulher
Santa Maria (Torres Vedras)**

	N	Grupos de idades da mulher							Descend. Teórica
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	
1650-1749	56	348	418	396	353	260	160	21	9,8
1750-1849	105	458	402	393	365	285	161	20	10,4

A descendência teórica, número de filhos que os casais teriam se a sua convivência conjugal se desenvolvesse dos 15 aos 49 anos, reflecte a divergência de comportamento antes dos 15 anos do primeiro para o período seguinte. A considerar apenas a descendência teórica entre os 20 e os 44 anos, os resultados para o primeiro e o segundo período seriam de 7,9 e 8,0 filhos, respectivamente.

Tabela 5

**Taxas de Fecundidade Legítima por grupos de idades da mulher
Oliveira (Guimarães)**

	N	Grupos de idades da mulher							Descend. Teórica
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	
1650-1749	237	395	433	383	366	307	161	29	10,4
1750-1849	351	337	371	339	337	250	142	19	9,0

Observando os valores relativos à paróquia urbana de Guimarães (Tabela 5) verificamos que o período que medeia entre 1750 e 1849 corresponde aos mais baixos níveis de fecundidade. A descendência teórica que se apresentava mais favorável na paróquia vimaranense antes de meados do século XVIII, por comparação com Santa Maria, coloca-se claramente em posição inferior no período seguinte.

4. Nota final

Os dados que apresentámos na secção anterior, sendo sumários e não relacionados com os restantes indicadores das variáveis responsáveis pelas dinâmicas populacionais, não cumprem outro propósito senão o de destacar a diversidade de comportamentos que teria caracterizado a população portuguesa ao longo da Idade Moderna em função da sua implantação geográfica e da sua inserção em meio rural ou urbano. Acreditamos que a leitura compreensiva do conjunto de mecanismos diferenciadores actuautes, passará pela aplicação de métodos microanalíticos centrados sobre o indivíduo, apenas viáveis através do levantamento exaustivo da informação paroquial.

Bibliografia

- AMORIM, Maria Norberta. 1987. *Guimarães de 1580 a 1819. Estudo Demográfico*, Lisboa, INIC.
- AMORIM, Maria Norberta. 1991. “Uma metodologia de Reconstituição de Paróquias desenvolvida sobre registos portugueses”, *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, 9-1, 7-25.
- AMORIM, Maria Norberta & Boleda, Mario. 2009. *Poblaciones Ibéricas e Iberoamericanas en perspectiva histórica*, Buenos Aires, EUDEBA.
- BARDET, Jean Pierre. 1997. “Fecondité et Natalité”, in Jean Pierre Bardet & Jacques Dupâquier (dir.), *Histoire des Populations de l’Europe*, I, Fayard, Paris, 316-343.
- CARVALHO DA COSTA, padre António. 1868-1869. *Chorographia Portugueza e Descrição Topographica do Reyno de Portugal*, 2ª edição, Braga, Tipographia de D. G. Gouvea (1ª edição, 1706-1712).
- DIAS, João Alves. 1996. *Gentes e Espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)*, Lisboa, FCG-JNICT.
- DIAS, João Alves. 1998. “A População”, in Joel Serrão & A. H. Oliveira Marques (dir.), *Nova História de Portugal*, V, Lisboa, 26-46.
- FERREIRA, Francisco Trindade, 2005. *Viver e morrer no território do antigo concelho de Eixo (1590-1910)*, Braga, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, tese de doutoramento.
- FERRO, João Pedro. 1995. *A População Portuguesa no Final do Antigo Regime (1750-1815)*, Lisboa, Editorial Presença.
- GALEGO, Júlia & DAVEAU, Suzanne. 1986. *O Numeramento de 1527-1532. Tratamento Cartográfico*, sep. de *Memórias do Centro de Estudos Geográficos*, 9, Lisboa.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. 1978. “L’Émigration Portugaise (XVe – XXe siècles). Une constante structurale et les réponses aux changements du monde”, *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, Sá da Costa, 1, 5-32.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. 1980. *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 4ª edição, Lisboa, Arcádia.
- MAGALHÃES COLAÇO, João Tello. 1934. “Cadastro da população do Reino”, *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, III, Lisboa., 28 -243.
- MARQUES, A. H. Oliveira. 1983. *História de Portugal*, 10ª edição, I-II, Lisboa, Palas Ed.
- MARQUES, A. H. Oliveira & DIAS, João Alves. 2003. *Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar Português*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos.
- MESQUITA, Maria Hermínia. 2004. *As Gentes de Angra no Século XVII*, Braga, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, tese de doutoramento.
- MOREIRA, Maria João Guardado. 2009. “O Século XVIII”, in Teresa Rodrigues (coord.), *História da População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*, Porto, CEPES/ Edições Afrontamento, 247-287.
- RIBEIRO, Orlando. 1971. “Cidade”, in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, I, Lisboa, Iniciativas Editoriais.

RODRIGUES, Teresa. 1994. “Um espaço urbano em expansão. Da Lisboa de Quinhentos à Lisboa do Século XX”, *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, 13, Lisboa, 95-117.

RODRIGUES, Teresa. 2002. “As Estruturas Populacionais”, *Nova História de Portugal*, Lisboa, V. Lexicultural. 212-257.

RODRIGUES, Teresa. 2009. “As vicissitudes do povoamento nos séculos XVI e XVII”, in Teresa Rodrigues (coord.), *História da População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*, Porto, CEPESE/ Edições Afrontamento, 159-246.

RODRIGUES, Teresa & MOREIRA, Maria João Guardado. 2009. “A quantificação das almas”, in Teresa Rodrigues (coord.), *História da População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*, Porto, CEPESE/ Edições Afrontamento, 130-157.

SANTOS, Carlota, 2004. *Biodemografia do concelho da Madalena. Estrutura demográfica e genética de uma população açoriana da ilha do Pico*, Braga, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, tese de doutoramento.

SERRÃO, José Vicente. 1993. “O Quadro Humano”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, IV, Lisboa, Círculo de Leitores/Estampa, 49-69.

SERRÃO, José Vicente. 1994. “Demografia portuguesa na época da expansão”, in Luís Albuquerque (ed.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, II, Lisboa, Círculo de Leitores/Estampa, 342-352.

SERRÃO, José Vicente. 1996. “População e rede urbana nos séculos XVI-XVIII”, in César Oliveira (dir.), *História dos municípios e do poder local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 63-77.

SILVA, Álvaro Ferreira. 1997. “A evolução da rede urbana portuguesa (1801-1940)”, *Análise Social*, 32 (143-144), 779-814.

SOUSA, Fernando. 1979. *A população portuguesa nos inícios do século XIX*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, tese de doutoramento.

SOUSA, Fernando & ALVES, Jorge Fernandes. 1997. *Alto Minho. População e Economia nos Finais de Setecentos*. Lisboa, Editorial Presença.

